

## 1. DA PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE

Minhas atividades profissionais no campo da psicopatologia e da psicoterapia, assim como meus engajamentos político e cultural levaram-me a enfatizar cada vez mais a subjetividade enquanto produzida por instâncias individuais, coletivas e institucionais.

Considerar a subjetividade sob o ângulo da sua produção não implica absolutamente, a meu ver, voltar aos sistemas tradicionais de determinação do tipo infra-estrutura material — superestrutura ideológica. Os diferentes registros semióticos que concorrem para o engendramento da subjetividade não mantêm relações hierárquicas obrigatórias, fixadas definitivamente. Pode ocorrer, por exemplo, que a semiotização econômica se torne dependente de fatores psicológicos coletivos, como se pode constatar com a sensibilidade dos índices da Bolsa em relação às flutuações da opinião. A subjetividade, de fato, é plural, *polifônica*, para retomar uma expressão de Mikhail Bakhtine. E ela não conhece nenhuma instância dominante de determinação que guie as outras instâncias segundo uma causalidade unívoca.

Pelo menos três tipos de problemas nos incitam a ampliar a definição da subjetividade de modo a ultrapassar a oposição clássica entre sujeito individual e sociedade e, através disso, a rever os modelos de Inconsciente que existem atualmente: a irrupção de fatores subjetivos no primeiro plano da atualidade histórica, o desenvolvimento maciço de produções maquínicas de subjetividade e, em último lugar, o recente destaque de aspectos etológicos e ecológicos relativos à subjetividade humana.

Os fatores subjetivos sempre ocuparam um lugar importante ao longo da história. Mas parece que estão na iminência de desempenhar um papel preponderante, a partir do

momento em que foram assumidos pelos mass mídia de alcance mundial. Apresentaremos aqui sumariamente apenas dois exemplos. O imenso movimento desencadeado pelos estudantes chineses tinha, evidentemente, como objetivo palavras de ordem de democratização política. Mas parece igualmente indubitável que as cargas afetivas contagiosas que trazia ultrapassavam as simples reivindicações ideológicas. É todo um estilo de vida, toda uma concepção das relações sociais (a partir das imagens veiculadas pelo Oeste), uma ética coletiva, que aí é posta em questão. E, afinal, os tanques não poderão fazer nada contra isso! Como na Hungria ou na Polônia, é a mutação existencial coletiva que terá a última palavra! Porém os grandes movimentos de subjetivação não tendem necessariamente para um sentido emancipador. A imensa revolução subjetiva que atravessa o povo iraniano há mais de dez anos se focalizou sobre arcaísmos religiosos e atitudes sociais globalmente conservadoras — em particular, a respeito da condição feminina (questão sensível na França, devido aos acontecimentos no Maghreb e às repercussões dessas atitudes repressoras em relação às mulheres nos meios de imigrantes na França).

No Leste, a queda da cortina de ferro não ocorreu pela pressão de insurreições armadas, mas pela cristalização de um imenso desejo coletivo aniquilando o substrato mental do sistema totalitário pós-stalinista. Fenômeno de uma extrema complexidade, já que mistura aspirações emancipadoras e pulsões retrógradas, conservadoras, até mesmo fascistas, de ordem nacionalista, étnica e religiosa. Como, nessa tormenta, as populações da Europa Central e dos países do Leste superarão a amarga decepção que o Oeste capitalista lhes reservou até o presente? A História nos dirá; uma História portadora talvez de surpresas ruins e posteriormente, por que não, de uma renovação das lutas sociais! Quão assassina, em comparação, terá sido a guerra do Golfo! Qua-

se se poderia falar, a seu respeito, de genocídio, já que levou ao extermínio muito mais iraquianos do que as vítimas das duas bombas de Hiroshima e de Nagasaki, em 1945. Mas com o distanciamento ficou ainda mais claro que o que estava em questão era essencialmente uma tentativa de domesticar a opinião árabe e de retomar as rédeas da opinião mundial: era preciso demonstrar que a via *yankee* de subjetivação podia ser imposta pela potência da mídia combinada à das armas.

De um modo geral, pode-se dizer que a história contemporânea está cada vez mais dominada pelo aumento de reivindicações de singularidade subjetiva — querelas lingüísticas, reivindicações autonomistas, questões nacionalísticas, nacionais que, em uma ambigüidade total, exprimem por um lado uma reivindicação de tipo liberação nacional, mas que, por outro lado, se encarnam no que eu denominaria reterritorializações conservadoras da subjetividade. Deve-se admitir que uma certa representação universalista da subjetividade, tal como pôde ser encarnada pelo colonialismo capitalístico do Oeste e do Leste, faliu, sem que ainda se possa plenamente medir a amplidão das conseqüências de um tal fracasso. Atualmente vê-se que a escalada do integrismo nos países árabes e muçulmanos pode ter conseqüências incalculáveis não apenas sobre as relações internacionais, mas sobre a economia subjetiva de centenas de milhões de indivíduos. É toda a problemática do desamparo, mas também da escalada de reivindicações do Terceiro Mundo, dos países do Sul, que se acha assim marcada por um ponto de interrogação angustiante.

A sociologia, as ciências econômicas, políticas e jurídicas parecem, no atual estado de coisas, insuficientemente armadas para dar conta de uma tal mistura de apego arcaizante às tradições culturais e entretanto de aspiração à modernidade tecnológica e científica, mistura que caracteriza

o coquetel subjetivo contemporâneo. A psicanálise tradicional, por sua vez, não está nem um pouco melhor situada para enfrentar esses problemas, devido à sua maneira de reduzir os fatos sociais a mecanismos psicológicos. Nessas condições, parece indicado forjar uma concepção mais transversalista da subjetividade, que permita responder ao mesmo tempo a suas amarrações territorializadas idiossincráticas (Territórios existenciais) e a suas aberturas para sistemas de valor (Universos incorporais) com implicações sociais e culturais.

Devem-se tomar as produções semióticas dos mass mídia, da informática, da telemática, da robótica etc... fora da subjetividade psicológica? Penso que não. Do mesmo modo que as máquinas sociais que podem ser classificadas na rubrica geral de Equipamentos Coletivos, as máquinas tecnológicas de informação e de comunicação operam no núcleo da subjetividade humana, não apenas no seio das suas memórias, da sua inteligência, mas também da sua sensibilidade, dos seus afetos, dos seus fantasmas inconscientes. A consideração dessas dimensões maquínicas de subjetivação nos leva a insistir, em nossa tentativa de redefinição, na heterogeneidade dos componentes que concorrem para a produção de subjetividade, já que encontramos aí: 1. componentes semiológicos significantes que se manifestam através da família, da educação, do meio ambiente, da religião, da arte, do esporte; 2. elementos fabricados pela indústria dos mídia, do cinema, etc. 3. dimensões semiológicas a-significantes colocando em jogo máquinas informacionais de signos, funcionando paralelamente ou independentemente, pelo fato de produzirem e veicularem significações e denotações que escapam então às axiomáticas propriamente lingüísticas.

As correntes estruturalistas não deram sua autonomia, sua especificidade, a esse regime semiótico a-significante,

ainda que certos autores como Julia Kristeva ou Jacques Derrida tenham esclarecido um pouco essa relativa autonomia desse tipo de componentes. Mas, em geral, as correntes estruturalistas rebateram a economia a-significante da linguagem — o que chamo de máquinas de signos — sobre a economia lingüística, significacional, da língua. Isso é particularmente sensível em Roland Barthes, que relaciona todos os elementos da linguagem, os segmentos da narrativa, às figuras de Expressão e confere à semiologia lingüística um primado sobre todas as semióticas. Foi um grave erro, por parte da corrente estruturalista, pretender reunir tudo o que concerne à psique sob o único baluarte do significante lingüístico!

As transformações tecnológicas nos obrigam a considerar simultaneamente uma tendência à homogeneização universalizante e reducionista da subjetividade e uma tendência heterogenética, quer dizer, um reforço da heterogeneidade e da singularização de seus componentes. É assim que o “trabalho com o computador” conduz à produção de imagens abrindo para Universos plásticos insuspeitados — penso, por exemplo, no trabalho de Matta com a palheta gráfica — ou à resolução de problemas matemáticos que teria sido propriamente inimaginável até algumas décadas atrás. Mas, ainda aí, é preciso evitar qualquer ilusão progressista ou qualquer visão sistematicamente pessimista. A produção maquínica de subjetividade pode trabalhar tanto para o melhor como para o pior. Existe uma atitude antimodernista que consiste em rejeitar maciçamente as inovações tecnológicas, em particular as que estão ligadas à revolução informática. Entretanto, tal evolução maquínica não pode ser julgada nem positiva nem negativamente; tudo depende de como for sua articulação com os agenciamentos coletivos de enunciação. O melhor é a criação, a invenção de novos Universos de referência; o pior é a mass-mi-

dialização embrutecedora, à qual são condenados hoje em dia milhares de indivíduos. As evoluções tecnológicas, conjugadas a experimentações sociais desses novos domínios, são talvez capazes de nos fazer sair do período opressivo atual e de nos fazer entrar em uma *era pós-mídia*, caracterizada por uma reapropriação e uma re-singularização da utilização da mídia. (Acesso aos bancos de dados, às videotecas, interatividade entre os protagonistas etc...)

Nessa mesma via de uma compreensão polifônica e heterogenética da subjetividade, encontraremos o exame de aspectos etológicos e ecológicos. Daniel Stern, em *The Impersonal World of the Infant*<sup>1</sup>, explorou notavelmente as formações subjetivas pré-verbais da criança. Ele mostra que não se trata absolutamente de “fases”, no sentido freudiano, mas de níveis de subjetivação que se manterão paralelos ao longo da vida. Renuncia, assim, ao caráter superestimado da psicogênese dos complexos freudianos e que foram apresentados como “universais” estruturais da subjetividade. Por outro lado, valoriza o caráter trans-subjetivo, desde o início, das experiências precoces da criança, que não dissocia o sentimento de si do sentimento do outro. Uma dialética entre os “afetos partilháveis” e os “afetos não-partilháveis” estrutura, assim, as fases emergentes da *subjetividade*. Subjetividade em estado nascente que não cessaremos de encontrar no sonho, no delírio, na exaltação criadora, no sentimento amoroso...

A ecologia social e a ecologia mental encontraram lugares de exploração privilegiados nas experiências de Psicoterapia Institucional. Penso evidentemente na Clínica de La Borde, onde trabalho há muito tempo, e onde tudo foi preparado para que os doentes psicóticos vivam em um cli-

<sup>1</sup> D. Stern, *The Impersonal World of the Infant*, Basic Book Inc. Publishers, Nova York, 1985.

ma de atividade e de responsabilidade, não apenas com o objetivo de desenvolver um ambiente de comunicação, mas também para criar instâncias locais de subjetivação coletiva. Não se trata simplesmente, portanto, de uma remodelagem da subjetividade dos pacientes, tal como preexistia à crise psicótica, mas de uma produção *sui generis*. Por exemplo, certos doentes psicóticos de origem agrícola, de meio pobre, serão levados a praticar artes plásticas, teatro, vídeo, música, etc., quando esses eram antes Universos que lhes escapavam completamente.

Em contrapartida, burocratas e intelectuais se sentirão atraídos por um trabalho material, na cozinha, no jardim, em cerâmica, no clube hípico. O que importa aqui não é unicamente o confronto com uma nova matéria de expressão, é a constituição de complexos de subjetivação: indivíduo-grupo-máquina-trocas múltiplas, que oferecem à pessoa possibilidades diversificadas de recompor uma corporeidade existencial, de sair de seus impasses repetitivos e, de alguma forma, de se re-singularizar.

Assim se operam transplantes de transferência que não procedem a partir de dimensões “já existentes” da subjetividade, cristalizadas em complexos estruturais, mas que procedem de uma criação e que, por esse motivo, seriam antes da alçada de uma espécie de paradigma estético. Criam-se novas modalidades de subjetivação do mesmo modo que um artista plástico cria novas formas a partir da palheta de que dispõe. Em um tal contexto, percebe-se que os componentes os mais heterogêneos podem concorrer para a evolução positiva de um doente: as relações com o espaço arquitetônico, as relações econômicas, a co-gestão entre o doente e os responsáveis pelos diferentes vetores de tratamento, a apreensão de todas as ocasiões de abertura para o exterior, a exploração processual das “singularidades” dos acontecimentos, enfim tudo aquilo que pode contribuir para a cria-

ção de uma relação autêntica com o outro. A cada um desses componentes da instituição de tratamento corresponde uma *prática* necessária. Em outros termos, não se está mais diante de uma subjetividade dada como um em si, mas face a processos de autonomização, ou de autopoiese, em um sentido um pouco desviado do que Francisco Varela dá a esse termo<sup>2</sup>.

Consideremos agora um exemplo de exploração dos recursos etológicos e ecológicos da psique no domínio das psicoterapias familiares, muito particularmente no âmbito da corrente que, em torno de Mony Elkaim, tenta se libertar da dominação das teorias sistêmicas em curso nos países anglo-saxônicos e na Itália<sup>3</sup>.

A inventividade das curas de terapia familiar, tais como são aqui concebidas, também nos distancia de paradigmas cientificistas para nos aproximar de um paradigma ético-estético. O terapeuta se engaja, corre riscos, não hesita em considerar seus próprios fantasmas e em criar um clima paradoxal de autenticidade existencial, acrescido entretanto de uma liberdade de jogo e de simulacro. Ressaltamos, a esse respeito, que a terapia familiar é levada a produzir subjetividade da maneira mais artificial possível, em particular durante a formação, quando os terapeutas se reúnem para improvisar cenas psicodramáticas. A cena, aqui, implica uma múltipla superposição da enunciação: uma visão de si mesmo, enquanto encarnação concreta; um sujeito da enunciação que duplica o sujeito do enunciado e a distribuição dos papéis; uma gestão coletiva do jogo; uma interlocução com os comentadores dos acontecimentos; e,

<sup>2</sup> F. Varela, *Autonomie et connaissance*, Le Seuil, Paris, 1989.

<sup>3</sup> M. Elkaim, *Si tu m'aimes, ne m'aime pas*, Le Seuil, Paris, 1989. Edição brasileira: *Se você me ama, não me ame. Abordagem sistêmica em psicoterapia familiar e conjugal*, Papirus, Campinas, 1990.

enfim, um olhar-vídeo que restitui em *feedback* o conjunto desses níveis superpostos.

Esse tipo de performance favorece o abandono da atitude realista, que consistiria em apreender as cenas vividas como correspondentes a sistemas realmente encarnados nas estruturas familiares. Através desse aspecto teatral de múltiplas facetas, apreende-se o caráter artificial criacionista da produção de subjetividade. É particularmente notável que a instância do olhar-vídeo habite a visão dos terapeutas. Mesmo se estes não manipulem efetivamente uma câmera, adquirem o hábito de observar certas manifestações semióticas que escapam ao olhar comum. O face a face lúdico com os pacientes, a acolhida imediata das singularidades desenvolvida por esse tipo de terapia, se diferencia da atitude do psicanalista que esconde o rosto, ou mesmo da performance psicodramática clássica.

Quer nos voltemos para o lado da história contemporânea, para o lado das produções semióticas maquínicas ou para o lado da etologia da infância, da ecologia social e da ecologia mental, encontraremos o mesmo questionamento da individuação subjetiva que subsiste certamente mas que é trabalhada por *Agenciamentos coletivos de enunciação*. No ponto em que nos encontramos, a definição provisória mais englobante que eu proporia da subjetividade é: “o conjunto das condições que torna possível que instâncias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como *território existencial* auto-referencial, em adjacência ou em relação de delimitação com uma alteridade ela mesma subjetiva”.

Assim, em certos contextos sociais e semiológicos, a subjetividade se individua: uma pessoa, tida como responsável por si mesma, se posiciona em meio a relações de alteridade regidas por usos familiares, costumes locais, leis jurídicas... Em outras condições, a subjetividade se faz coleti-

va, o que não significa que ela se torne por isso exclusivamente social. Com efeito, o termo “coletivo” deve ser entendido aqui no sentido de uma multiplicidade que se desenvolve para além do indivíduo, junto ao socius, assim como aquém da pessoa, junto a intensidades pré-verbais, derivando de uma lógica dos afetos mais do que de uma lógica de conjuntos bem circunscritos.

As condições de produção evocadas nesse esboço de redefinição implicam, então, conjuntamente, instâncias humanas inter-subjetivas manifestadas pela linguagem e instâncias sugestivas ou identificatórias concernentes à etologia, interações institucionais de diferentes naturezas, dispositivos maquínicos, tais como aqueles que recorrem ao trabalho com computador, Universos de referência incorporais, tais como aqueles relativos à música e às artes plásticas... Essa parte não-humana pré-pessoal da subjetividade é essencial, já que é a partir dela que pode se desenvolver sua heterogênesse. Deleuze e Foucault foram condenados pelo fato de enfatizarem uma parte não-humana da subjetividade, como se assumissem posições anti-humanistas! A questão não é essa, mas a da apreensão da existência de máquinas de subjetivação que não trabalham apenas no seio de “faculdades da alma”, de relações interpessoais ou nos complexos intra-familiares. A subjetividade não é fabricada apenas através das fases psicogenéticas da psicanálise ou dos “matemas do Inconsciente”, mas também nas grandes máquinas sociais, mass-mediáticas, lingüísticas, que não podem ser qualificadas de humanas. Assim, um certo equilíbrio deve ser encontrado entre as descobertas estruturalistas, que certamente não são negligenciáveis, e sua gestão pragmática, de maneira a não naufragar no abandonismo social pós-moderno.

Com seu conceito de consciente, Freud postulou a existência de um continente escondido da psique, no interior do qual se representaria o essencial das opções pulsionais, afe-

tivas e cognitivas. Atualmente não se podem dissociar as teorias do inconsciente das práticas psicanalíticas, psicoterapêuticas, institucionais, literárias etc., que a elas se referem. O inconsciente se tornou uma instituição, um “equipamento coletivo” compreendido em um sentido mais amplo. Encontramo-nos trajados de um inconsciente quando sonhamos, quando deliramos, quando fazemos um ato falho, um lapso... Incontestavelmente as descobertas freudianas — que prefiro qualificar de invenções — enriqueceram os ângulos sob os quais se pode atualmente abordar a psique. Portanto, não é absolutamente em um sentido pejorativo que falo aqui de invenção! Assim como os cristãos inventaram uma nova fórmula de subjetivação, a cavalaria cortês, e o romantismo, um novo amor, uma nova natureza, o bolchevismo, um novo sentimento de classe, as diversas seitas freudianas secretaram uma nova maneira de ressentir e mesmo de produzir a histeria, a neurose infantil, a psicose, a conflitualidade familiar, a leitura dos mitos, etc... O próprio inconsciente freudiano evoluiu ao longo de sua história, perdeu a riqueza efervescente e o inquietante ateísmo de suas origens e se recentrou na análise do eu, na adaptação à sociedade ou na conformidade a uma ordem significativa, em sua versão estruturalista.

Na perspectiva que é a minha e que consiste em fazer transitar as ciências humanas e as ciências sociais de paradigmas cientificistas para paradigmas ético-estéticos, a questão não é mais a de saber se o inconsciente freudiano ou o inconsciente lacaniano fornecem uma resposta científica aos problemas da psique. Esses modelos só serão considerados a título de produção de subjetividade entre outros, inseparáveis dos dispositivos técnicos e institucionais que os promovem e de seu impacto sobre a psiquiatria, o ensino universitário, os mass mídia... De uma maneira mais geral, dever-se-á admitir que cada indivíduo, cada grupo social vei-

cula seu próprio sistema de modelização da subjetividade, quer dizer, uma certa cartografia feita de demarcações cognitivas, mas também míticas, rituais, sintomatológicas, a partir da qual ele se posiciona em relação aos seus afetos, suas angústias e tenta gerir suas inibições e suas pulsões.

Durante uma cura psicanalítica, somos confrontados com uma multiplicidade de cartografias: a do analista e a do analisando, mas também a cartografia familiar ambiente, a da vizinhança, etc. É a interação dessas cartografias que dará aos Agenciamentos de subjetivação seu regime. Mas não se poderá dizer de nenhuma dessas cartografias — fantasmáticas, delirantes ou teóricas — que exprima um conhecimento científico da psique. Todas têm importância na medida em que escoram um certo contexto, um certo quadro, uma armadura existencial da situação subjetiva. Assim nossa questão, hoje em dia, não é apenas de ordem especulativa, mas se coloca sob ângulos muito práticos: será que os conceitos de inconsciente, que nos são propostos no “mercado” da psicanálise, convêm às condições atuais de produção de subjetividade? Seria preciso transformá-los, inventar outros? Logo, o problema da modelização, mais exatamente da metamodelização psicológica, é o de saber o que fazer com esses instrumentos de cartografia, com esses conceitos psicanalíticos, sistemistas etc. Será que são utilizados como grade de leitura global exclusiva com pretensão científica ou enquanto instrumentos parciais, em composição com outros, sendo o critério último o de ordem funcional?

Que processos se desenrolam em uma consciência com o choque do inusitado? Como se operam as modificações de um modo de pensamento, de uma aptidão para apreender o mundo circundante em plena mutação? Como mudar as representações desse mundo exterior, ele mesmo em processo de mudança? O inconsciente freudiano é inseparável

de uma sociedade presa ao seu passado, às suas tradições falocráticas, às suas invariantes subjetivas. As convulsões contemporâneas exigem, sem dúvida, uma modelização mais voltada para o futuro e a emergência de novas práticas sociais e estéticas em todos os domínios. A desvalorização do sentido da vida provoca o esfacelamento da imagem do eu: suas representações tornam-se confusas, contraditórias. Face a essas convulsões, a melhor atitude consiste em visar ao trabalho de cartografia e de modelização psicológica em uma relação dialética com os interessados, os indivíduos e os grupos concernidos, quer dizer, indo no sentido de uma co-gestão da produção de subjetividade, renunciando às atitudes de autoridade, de sugestão, que ocupam um lugar tão destacado na psicanálise, a despeito de ela pretender ter escapado disto.

Há muito tempo recusei o dualismo Consciente-Inconsciente das tópicas freudianas e todas as oposições maniqueístas correlativas à triangulação edipiana, ao complexo de castração etc... Optei por um inconsciente que superpõe múltiplos estratos de subjetivações, estratos heterogêneos, de extensão e de consistência maiores ou menores. Inconsciente, então, mais “esquizo”, liberado dos grilhões familialistas, mais voltado para práxis atuais do que para fixações e regressões em relação ao passado. Inconsciente de Fluxo e de máquinas abstratas, mais do que inconsciente de estrutura e de linguagem.

Entretanto, não considero minhas “cartografias esquizo-analíticas” como doutrinas científicas<sup>4</sup>. Assim como um artista toma de seus predecessores e de seus contemporâneos os traços que lhe convêm, convido meus leitores a pegar e a rejeitar livremente meus conceitos. O importante nesse caso não é o resultado final mas o fato de o método cartográfico

<sup>4</sup> F. Guattari, *Cartographies schizoanalytiques*, Galilée, Paris, 1989.

multicomponencial coexistir com o processo de subjetivação e de ser assim tornada possível uma reapropriação, uma autopoiese, dos meios de produção da subjetividade.

Que fique bem claro que não assimilo a psicose a uma obra de arte e o psicanalista, a um artista! Afirmando apenas que os registros existenciais aqui concernidos envolvem uma dimensão de autonomia de ordem estética. Estamos diante de uma escolha ética crucial: ou se objetiva, se reifica, se “cientifica” a subjetividade ou, ao contrário, tenta-se apreendê-la em sua dimensão de criatividade processual. Kant enfatizara que o julgamento de gosto envolve a subjetividade e sua relação com outrem em uma certa atitude de “desinteresse”<sup>5</sup>. Mas não basta designar essas categorias de liberdade e de desinteresse como dimensões essenciais da estética inconsciente; convém ainda considerar seu modo de inserção ativo na psique. Como certos segmentos semióticos adquirem sua autonomia, começam a trabalhar por sua própria conta e a secretar novos campos de referência? É a partir de uma tal ruptura que uma singularização existencial correlativa à gênese de novos coeficientes de liberdade tornar-se-á possível. Uma tal separação de um “objeto parcial” ético-estético do campo das significações dominantes corresponde ao mesmo tempo à promoção de um desejo mutante e à finalização de um certo desinteresse. Gostaria de fazer uma ponte entre o conceito de objeto parcial ou de objeto “a”, tal como foi teorizado por Lacan, que representa a autonomização de componentes da subjetividade inconsciente, e a autonomização subjetiva engendrada pelo objeto estético.

Encontramos aqui a problemática de Mikhail Bakhtine

<sup>5</sup> “Pode-se dizer que, entre as três fontes de satisfação (para o agradável, o belo e o bom), a do gosto pelo belo é a única satisfação desinteressada e livre; com efeito, nenhum interesse, nem dos sentidos nem da razão, constrange o assentimento.” E. Kant, *Critique de la faculté de juger*, Vrin, Paris, 1986, pp. 54-55.

em seu primeiro ensaio teórico de 1924<sup>6</sup>, onde destaca brilhantemente a função de apropriação enunciativa da forma estética pela *autonomização* do conteúdo cognitivo ou ético e o *aperfeiçoamento* desse conteúdo em objeto estético que, de minha parte, qualificaria como enunciador parcial. Tento levar o objeto parcial psicanalítico, adjacente ao corpo e ponto de engate da pulsão, na direção de uma enunciação parcial. A ampliação da noção de objeto parcial, para a qual Lacan contribuiu com a inclusão no objeto do olhar e da voz, deveria ser prosseguida. Trata-se de fazer dela uma categoria que cubra o conjunto dos focos de autonomização subjetiva relativos aos grupos-sujeitos, às instâncias de produção de subjetividade maquínica, ecológica, arquitetônica, religiosa etc...

Bakhtine descreve uma transferência de subjetivação que se opera entre o autor e o contemplador de uma obra — o olhador, no sentido de Marcel Duchamp. Nesse movimento, para ele, o “consumidor” se torna, de algum modo, co-criador. A forma estética só chega a esse resultado por intermédio de uma função de isolamento ou de separação, de tal modo que a matéria de expressão se torna formalmente criadora. O conteúdo da obra se destaca de suas conotações tanto cognitivas quanto estéticas: “o isolamento ou a separação não se relacionam à obra como coisa mas à sua significação, ao seu conteúdo, que muito freqüentemente se libera de certos vínculos necessários com a unidade da natureza e com a unidade ética do ser”<sup>7</sup>. É então um certo tipo de fragmento de conteúdo que “toma posse do autor”, que

<sup>6</sup> “Le problème de contenu, du matériau et de la forme dans l’oeuvre littéraire”, in M. Bakhtine, *Esthétique et théorie du roman*, Gallimard, Paris, 1978 (edição brasileira: *Questões de literatura e de estética - A teoria do romance*, Hucitec, São Paulo, 1988).

<sup>7</sup> Op. cit., p. 72.



engendra um certo modo de enunciação estética. Na música, por exemplo, onde — repete-nos Bakhtine — o isolamento e a invenção não podem ser relacionados axiologicamente com o material: “Não é o som da acústica que se isola nem o número matemático intervindo na composição que se inventa. É o acontecimento da aspiração e a tensão valorizante que são isolados e tornados irreversíveis pela invenção e, graças a isso, se eliminam por eles mesmos sem obstáculo e encontram um repouso em sua finalização”<sup>8</sup>.

Na poesia, a subjetividade criadora, para se destacar, se autonomizar, se finalizar, apossar-se-á, de preferência:

- 1) do lado sonoro da palavra, de seu aspecto musical;
- 2) de suas significações materiais com suas nuances e variantes;
- 3) de seus aspectos de ligação verbal;
- 4) de seus aspectos entonativos emocionais e volitivos;
- 5) do sentimento da atividade verbal do engendramento ativo de um som significativo que comporta elementos motores de articulação, de gesto, de mímica, sentimento de um movimento no qual são arrastados o organismo inteiro, a atividade e a alma da palavra em sua unidade concreta.

E, evidentemente, declara Bakhtine, é esse último aspecto que engloba os outros<sup>9</sup>.

Essas análises penetrantes podem conduzir a uma ampliação de nossa abordagem da subjetivação parcial. Encontramos igualmente em Bakhtine a idéia de irreversibilidade do objeto estético e implicitamente de autopoiese, noções tão necessárias no campo da análise das formações do Inconsciente, da pedagogia, da psiquiatria, e mais geralmente no campo social devastado pela subjetividade capitalística. Não é então apenas no quadro da música e da poesia que vemos

<sup>8</sup> Idem, p. 74.

<sup>9</sup> Ibidem.

funcionarem tais fragmentos destacados do conteúdo que, de um modo geral, incluo na categoria dos *ritornelos existenciais*. A polifonia dos modos de subjetivação corresponde, de fato, a uma multiplicidade de maneiras de “marcar o tempo”. Outros ritmos são assim levados a fazer cristalizar Agenciamentos existenciais, que eles encarnam e singularizam.

Os casos mais simples de ritornelos de delimitação de Territórios existenciais podem ser encontrados na etologia de numerosas espécies de pássaros cujas seqüências específicas de canto servem para a sedução de seu parceiro sexual, para o afastamento de intrusos, o aviso da chegada de predadores...<sup>10</sup> Trata-se, a cada vez, de definir um espaço funcional bem-definido. Nas sociedades arcaicas, é a partir de ritmos, de cantos, de danças, de máscaras, de marcas no corpo, no solo, nos Totens, por ocasião de rituais e através de referências míticas que são circunscritos outros tipos de Territórios existenciais coletivos<sup>11</sup>. Encontramos esses tipos de ritornelos na Antigüidade grega com os “nomos”, que constituíam, de alguma forma, “indicativos sonoros”, estandartes e selos para as corporações profissionais.

Mas cada um de nós conhece tais transposições de lidar subjetivo pela atuação de um módulo temporal catalisador que nos mergulhará na tristeza ou, então, em um clima de alegria e de animação. Com esse conceito de ritornelo, visamos não somente a tais afetos massivos, mas a ritornelos hipercomplexos, catalisando a entrada de Universos incorporais tais como o da música ou o das matemáticas e cristalizando Territórios existenciais muito mais des-

<sup>10</sup> F. Guattari, *L'inconscient machinique*, Editions Recherches, Paris, 1979.

<sup>11</sup> Ver o papel dos sonhos nas cartografias míticas entre os aborígenes da Austrália, cf. B. Glowczewski, *Les rêveurs du desert*, Plon, Paris, 1989.

territorializados. E não se trata, com isso, de universos de referência “em geral”, mas de universos singulares, historicamente marcados no cruzamento de diversas linhas de virtualidade. Um ritornelo complexo — aquém dos da poesia e da música — marca o cruzamento de modos heterogêneos de subjetivação. Por um longo período, o tempo foi considerado uma categoria universal e unívoca, ao passo que, na realidade, sempre lidamos apenas com apreensões particulares e multívocas. O tempo universal é apenas uma projeção hipotética dos modos de temporalização concernentes a módulos de intensidade — os ritornelos — que operam ao mesmo tempo em registros biológicos, sócio-culturais, maquínicos, cósmicos etc...

Para ilustrar esse modo de produção de subjetividade polifônica em que um ritornelo complexo representa um papel preponderante, consideremos o exemplo da consunção televisiva. Quando olho para o aparelho de televisão, existo no cruzamento: 1. de uma fascinação perceptiva pelo foco luminoso do aparelho que confina ao hipnotismo<sup>12</sup>; 2. de uma relação de captura com o conteúdo narrativo da emissão, associada a uma vigilância lateral acerca dos acontecimentos circundantes (a água que ferve no fogo, um grito de criança, o telefone...); 3. de um mundo de fantasmas que habitam meu devaneio... meu sentimento de identidade é assim assediado por diferentes direções. O que faz com que, apesar da diversidade dos componentes de subjetivação que me atravessam, eu conserve um sentimento relativo de unicidade? Isso se deve a essa ritornelização que me fixa diante da tela, constituída, assim, como nó existencial projetivo. Sou o que está diante

<sup>12</sup> Sobre o tema do “retorno” à hipnose e à sugestão, cf. L. Chertok e I. Stengers, *Le coeur et la raison. L'hypnose en question de Lavoisier à Lacan*, Payot, Paris, 1989.

de mim. Minha identidade se tornou o *speaker*, o personagem que fala na televisão. Como Bakhtine, diria que o ritornelo não se apóia nos elementos de formas, de matéria, de significação comum, mas no destaque de um “motivo” (ou de *leitmotiv*) existencial se instaurando como “atrator” no seio do caos sensível e significacional.

Os diferentes componentes mantêm sua heterogeneidade, mas são entretanto captados por um ritornelo, que ganha o território existencial do eu. Com a identidade neurótica, acontece que o ritornelo se encarna em uma representação “endurecida”, por exemplo, um ritual obsessivo. Se, por um motivo qualquer, essa máquina de subjetivação é ameaçada, é então toda a personalidade que pode implodir: é o caso na psicose, em que os componentes parciais partem em linhas delirantes, alucinatórias etc.

Com esse conceito difícil e paradoxal de ritornelo complexo, poder-se-á referir um acontecimento interpretativo, em uma cura psicanalítica, não a universais ou a matemas, a estruturas preestabelecidas da subjetividade, mas ao que eu denominaria uma constelação de Universos de referência. Não se trata, então, de Universos de referência em geral, mas de domínios de entidades incorporais que se detectam ao mesmo tempo em que são produzidos, e que se encontram todo o tempo presentes, desde o instante em que os produzimos. Eis aí o paradoxo próprio a esses Universos: eles são dados no instante criador, como heciedade e escapam ao tempo discursivo; são como os focos de eternidade aninhados entre os instantes. Além disso, implicam a consideração não somente dos elementos em situação (familiar, sexual, conflitiva), mas também a projeção de todas as linhas de virtualidade, que se abrem a partir do acontecimento de seu surgimento.

Tomemos um exemplo simples: um paciente, no processo de cura, permanece bloqueado em seus problemas, em

um impasse. Essa pessoa, um dia, faz a seguinte afirmação, sem lhe dar importância: “tenho vontade de retomar minhas aulas de direção, pois não dirijo há anos”; ou então, “tenho vontade de aprender a processar textos”. Trata-se de acontecimentos menores que poderiam passar despercebidos em uma concepção tradicional da análise. Mas não é de todo inconcebível que o que denomino uma tal singularidade se torne uma chave, desencadeando um ritornelo complexo, que não apenas modificará o comportamento imediato do paciente, mas lhe abrirá novos campos de virtualidade. A saber, a retomada de contato com pessoas que perdera de vista, a possibilidade de restabelecer a ligação com antigas paisagens, de reconquistar uma segurança neurológica. Aqui uma neutralidade rígida demais, uma não-intervenção do terapeuta se tornaria negativa; pode ser necessário, em tais casos, agarrar as oportunidades, aquiescer, correr o risco de se enganar, de tentar a sorte, de dizer “sim, com efeito, essa experiência talvez seja importante”. Fazer funcionar o acontecimento como portador eventual de uma nova constelação de Universos de referência: é o que viso quando falo de uma intervenção pragmática voltada para a construção da subjetividade, para a produção de campos de virtualidades e não apenas polarizada por uma hermenêutica simbólica dirigida para a infância.

Nessa concepção de análise, o tempo deixa de ser vivido passivamente; ele é agido, orientado, objeto de mutações qualitativas. A análise não é mais interpretação transferencial de sintomas em função de um conteúdo latente preexistente, mas invenção de novos focos catalíticos suscetíveis de fazer bifurcar a existência. Uma singularidade, uma ruptura de sentido, um corte, uma fragmentação, a separação de um conteúdo semiótico — por exemplo, à moda dadaísta ou surrealista — podem originar focos mutantes de subjetivação. Da mesma forma que a química teve que começar

a depurar misturas complexas para delas extrair matérias atômicas e moleculares homogêneas e, a partir delas, compor uma gama infinita de entidades químicas que não existiam anteriormente, a “extração” e a “separação” de subjetividades estéticas ou de objetos parciais, no sentido psicanalítico, tornam possíveis uma imensa complexificação da subjetividade, harmonias, polifonias, contrapontos, ritmos e orquestrações existenciais inéditos e inusitados.

Complexificação desterritorializante essencialmente precária, porque constantemente ameaçada de enfraquecimento reterritorializante, sobretudo no contexto contemporâneo onde o primado dos fluxos informativos engendrados maquinicamente ameaça conduzir a uma dissolução generalizada das antigas territorialidades existenciais. Nas primeiras fases das sociedades industriais, o “demoníaco” ainda continuava a aflorar por toda parte, mas doravante o mistério se tornou uma mercadoria cada vez mais rara. Que baste aqui evocar a busca desesperada de um Witkiewiz para apreender uma última “estranheza do ser” que parecia literalmente escapar-lhe por entre os dedos.

Nessas condições, cabe especialmente à função poética recompor universos de subjetivação artificialmente rarefeitos e re-singularizados. Não se trata, para ela, de transmitir mensagens, de investir imagens como suporte de identificação ou padrões formais como esteio de procedimento de modelização, mas de catalisar operadores existenciais suscetíveis de adquirir consistência e persistência.

Essa catálise poético-existencial, que encontraremos em operação no seio de discursividades escriturais, vocais, musicais ou plásticas, engaja quase sincronicamente a recristalização enunciativa do criador, do intérprete e do apreciador da obra de arte. Sua eficácia reside essencialmente em sua capacidade de promover rupturas ativas, processuais, no interior de tecidos significacionais e denotativos semiótica-

mente estruturados, a partir dos quais ela colocará em funcionamento uma subjetividade da emergência, no sentido de Daniel Stern.

Quando ela se lança efetivamente em uma zona enunciativa dada — quer dizer, situada a partir de um ponto de vista histórico e geopolítico —, uma tal função analítico-poética se instaura então como foco mutante de auto-referenciação e de auto-valorização. É por isso que deveremos sempre considerá-la sob dois ângulos: 1. enquanto ruptura molecular, imperceptível bifurcação, suscetível de desestabilizar a trama das redundâncias dominantes, a organização do “já classificado” ou, se preferirmos, a ordem do clássico; e 2. enquanto seleção de alguns segmentos dessas mesmas cadeias de redundância, para conferir-lhes essa função existencial a-significante que acabo de evocar, para “ritornelizá-las”, para fazer delas fragmentos virulentos de enunciação parcial trabalhando como *shifter* de subjetivação. Pouco importa aqui a qualidade do material de base, como se vê na música repetitiva ou na dança Buto que, segundo Marcel Duchamp, são inteiramente voltadas para “o olhador”. O que importa, primordialmente, é o ímpeto rítmico mutante de uma temporalização capaz de fazer unir os componentes heterogêneos de um novo edifício existencial.

Para além da função poética, coloca-se a questão dos dispositivos de subjetivação. E, mais precisamente, o que deve caracterizá-los para que saiam da serialidade — no sentido de Sartre — e entrem em processos de singularização, que restituem à existência o que se poderia chamar de sua auto-essencialização. Abordamos uma época em que, esfumando-se os antagonismos da guerra fria, aparecem mais distintamente as ameaças principais que nossas sociedades produtivistas fazem pairar sobre a espécie humana, cuja sobrevivência nesse planeta está ameaçada, não apenas pelas degradações ambientais mas também pela degenerescência

do tecido das solidariedades sociais e dos modos de vida psíquicos que convêm literalmente reinventar. A refundação do político deverá passar pelas dimensões estéticas e analíticas que estão implicadas nas três ecologias: do meio ambiente, do socius e da psique.

Não se pode conceber resposta ao envenenamento da atmosfera e ao aquecimento do planeta, devidos ao efeito estufa, uma estabilização demográfica, sem uma mutação das mentalidades, sem a promoção de uma nova arte de viver em sociedade. Não se pode conceber disciplina internacional nesse domínio sem trazer uma solução para os problemas da fome no mundo, da hiperinflação no Terceiro Mundo. Não se pode conceber uma recomposição coletiva do socius, correlativa a uma re-singularização da subjetividade, a uma nova forma de conceber a democracia política e econômica, respeitando as diferenças culturais, sem múltiplas revoluções moleculares. Não se pode esperar uma melhoria das condições de vida da espécie humana sem um esforço considerável de promoção da condição feminina. O conjunto da divisão do trabalho, seus modos de valorização e suas finalidades devem ser igualmente repensados. A produção pela produção, a obsessão pela taxa de crescimento, quer seja no mercado capitalista ou na economia planificada, conduzem a absurdidades monstruosas. A única finalidade aceitável das atividades humanas é a produção de uma subjetividade que enriqueça de modo contínuo sua relação com o mundo.

Os dispositivos de produção de subjetividade podem existir em escala de megalópoles assim como em escala dos jogos de linguagem de um indivíduo. Para apreender os recursos íntimos dessa produção — essas rupturas de sentido autofundadoras de existência —, a poesia, atualmente, talvez tenha mais a nos ensinar do que as ciências econômicas, as ciências humanas e a psicanálise reunidas! As trans-

formações sociais podem proceder em grande escala, por mutação de subjetividade, como se vê atualmente com as revoluções subjetivas que se passam no leste de um modo moderadamente conservador, ou nos países do Oriente Médio, infelizmente de um modo largamente reacionário, até mesmo neofascista. Mas elas podem também se produzir em uma escala molecular — microfísica, no sentido de Foucault —, em uma atividade política, em uma cura analítica, na instalação de um dispositivo para mudar a vida da vizinhança, para mudar o modo de funcionamento de uma escola, de uma instituição psiquiátrica.

\* \* \*

Tentei mostrar, ao longo dessa primeira parte, que a saída do reducionismo estruturalista pede uma refundação da problemática da subjetividade. Subjetividade parcial, pré-pessoal, polifônica, coletiva e maquínica. Fundamentalmente, a questão da enunciação se encontra aí descentrada em relação à da individuação humana. Ela se torna correlativa não somente à emergência de uma lógica de intensidades não-discursivas, mas igualmente a uma incorporação-aglomeração pática, desses vetores de subjetividade parcial.

Convém assim renunciar às pretensões habitualmente universalistas das modelizações psicológicas. Os conteúdos ditos científicos das teorias psicanalíticas ou sistematistas, assim como as modelizações mitológicas ou religiosas, ou ainda as modelizações do delírio sistemático, valem essencialmente por sua função existencializante, quer dizer, de produção de subjetividade. Nessas condições, a atividade teórica se reorientará para uma metamodelização capaz de abarcar a diversidade dos sistemas de modelização. A esse respeito, convém, particularmente, situar a incidência concreta da subjetividade capitalística atualmente, subjetividade do equi-

valer generalizado, no contexto de desenvolvimento contínuo dos mass média, dos Equipamentos Coletivos, da revolução informática que parece chamada a recobrir com sua cinzenta monotonia os mínimos gestos, os últimos recantos de mistério do planeta.

Proporemos então operar um descentramento da questão do sujeito para a da subjetividade. O sujeito, tradicionalmente, foi concebido como essência última da individuação, como pura apreensão pré-reflexiva, vazia, do mundo, como foco da sensibilidade, da expressividade, unificador dos estados de consciência. Com a subjetividade, será dada, antes, ênfase à instância fundadora da intencionalidade. Trata-se de tomar a relação entre o sujeito e o objeto pelo meio, e de fazer passar ao primeiro plano a instância que se exprime (ou o Interpretante da tríade de Pierce). A partir daí se recolocará a questão do Conteúdo. Este participa da subjetividade, dando consistência à qualidade ontológica da Expressão. É nessa reversibilidade do Conteúdo e da Expressão que reside o que chamo de função existencializante. Partiremos, então, de um primado da substância enunciativa sobre o par Expressão e Conteúdo.

Acreditei perceber uma alternativa válida aos estruturalismos inspirados em Saussure, apoiando-me na oposição Expressão/Conteúdo, tal como a concebeu Hjelmslev<sup>13</sup>, quer dizer, fundada precisamente em uma reversibilidade possível entre a Expressão e o Conteúdo. Para além de Hjelmslev, proponho considerar uma multiplicidade de instâncias que se exprimem, quer sejam da ordem da Expressão ou do Conteúdo. Ao invés de tirar partido da oposição Expressão/Conteúdo, que em Hjelmslev duplica o par significante/significa-

<sup>13</sup> L. Hjelmslev, *Prolégomènes à une théorie du langage*, Minuit, Paris, 1968; *Le langage*, Minuit, Paris, 1969; *Essais linguistiques*, Minuit, Paris, 1971; *Nouveaux essais*, Paris, PUF, 1985.

do de Saussure, tratar-se-ia de colocar em polifonia, em paralelo, uma multiplicidade de sistemas de expressão, ou do que chamaria agora de substâncias de expressão.

Minha dificuldade metodológica deve-se ao fato de que o próprio Hjelmslev empregava a categoria de substância em uma tripartição entre matéria, substância e forma de Expressão e de Conteúdo. Nele, a junção entre a Expressão e o Conteúdo ocorria ao nível da forma de expressão e da forma do conteúdo que identificava. Essa forma comum ou comutante é um pouco misteriosa, mas se apresenta, em minha opinião, como uma intuição genial que levanta a questão da existência de uma máquina formal, transversal a toda modalidade de Expressão como de Conteúdo. Haveria então uma ponte, uma transversalidade entre a máquina de discursividade fonemática e sintagmática da Expressão, própria à linguagem, e o recorte das unidades semânticas do Conteúdo, por exemplo a maneira pela qual serão classificadas as cores, as categorias animais. Denomino essa forma comum de máquina desterritorializada, máquina abstrata. Essa noção de máquina semiótica não foi inventada por mim: encontrei-a em Chomsky, que fala de máquina abstrata na raiz da linguagem. Só que esse conceito, essa oposição Expressão/Conteúdo, ou esse conceito chomskiano de máquina abstrata, ainda permanecem muito rebatidos sobre a linguagem. O objetivo seria re-situar a semiologia e as semióticas no quadro de uma concepção maquinica ampliada da forma, que nos afastaria de uma simples oposição lingüística Expressão/Conteúdo e nos permitiria integrar aos Agenciamentos enunciativos um número indefinido de substâncias de Expressão como as codificações biológicas ou as formas de organização próprias ao socius.

Nessa perspectiva, a questão da substância enunciativa sairia da tripartição tal como a concebia Hjelmslev, entre matéria/substância/forma, a forma se lançando como uma

rede sobre a matéria para engendrar a substância tanto de Expressão quanto de Conteúdo. Tratar-se-ia de fazer estilhaçar de modo pluralista o conceito de substância, de forma a promover a categoria de substância de expressão, não apenas nos domínios semiológicos e semióticos mas também nos domínios extralingüísticos, não-humanos, biológicos, tecnológicos, estéticos etc. Deste modo, o problema do Agenciamento de enunciação não seria mais específico de um registro semiótico, mas atravessaria um conjunto de matérias expressivas heterogêneas. Transversalidade, então, entre substâncias enunciativas que podem ser, por um lado, de ordem expressiva lingüística, mas, por outro lado, de ordem maquinica, se desenvolvendo a partir de “matérias não-semioticamente formadas”, para retomar uma outra expressão de Hjelmslev.

A subjetividade maquinica, o agenciamento maquinico de subjetivação, aglomera essas diferentes enunciações parciais e se instala de algum modo antes e ao lado da relação sujeito-objeto. Ela tem, além disso, um caráter coletivo, é multicomponencial, uma multiplicidade maquinica. E, terceiro aspecto, comporta dimensões incorporais — o que constitui talvez o lado mais problemático da questão e que só é abordado lateralmente por Noam Chomsky com sua tentativa de retomada do conceito medieval de Universais. Retomemos esses três pontos. As substâncias expressivas lingüísticas e não-lingüísticas se instauram no cruzamento de cadeias discursivas pertencentes a um mundo finito pré-formado (o mundo do grande Outro lacaniano) e de registros incorporais com virtualidades criacionistas infinitas (já estas não têm nada a ver com os “matemas” lacanianos). É nessa zona de interseção que o sujeito e o objeto se fundem e encontram seu fundamento. Trata-se de um dado com o qual os fenomenólogos estiveram às voltas, ao mostrar que a intencionalidade é inseparável de seu objeto e depende então é da ordem de um aquém da relação discursiva sujeito-

objeto. Psicólogos enfatizaram as relações de empatia e de transitivismo na infância e na psicose. Mesmo Lacan, quando ainda influenciado pela fenomenologia, em suas primeiras obras, evocou a importância desse tipo de fenômeno. De um modo geral, pode-se dizer que a psicanálise nasceu indo ao encontro dessa fusão objeto-sujeito que vemos operando na sugestão, na hipnose, na histeria. O que originou a prática e a teoria freudiana foi uma tentativa de leitura do transitivismo subjetivo da histeria.

Os antropólogos, aliás, desde a época de Lévy-Bruhl, Priezluski etc., mostraram que existia, nas sociedades arcaicas, o que denominavam uma “participação”, uma subjetividade coletiva, investindo um certo tipo de objeto e se colocando em posição de foco existencial do grupo. Mas nas pesquisas sobre as novas formas de arte, como as de Deleuze sobre o cinema, veremos, por exemplo, imagens-movimento ou imagens-tempo se constituírem igualmente em germes de produção de subjetividade. Não se trata de uma imagem passivamente representativa, mas de um vetor de subjetivação. E eis-nos então confrontados com um conhecimento pático, não-discursivo, que se dá como uma subjetividade em direção à qual se vai, subjetividade absorvedora, dada de imediato em sua complexidade. Poder-se-ia atribuir a intuição disso a Bergson, que esclareceu essa experiência não-discursiva da duração em oposição a um tempo recortado em presente, passado e futuro, segundo esquemas espaciais.

Essa subjetividade pática, aquém da relação sujeito-objeto, continua, com efeito, se atualizando através de coordenadas energético-espácio-temporais, no mundo da linguagem e de múltiplas mediações; mas o que importa, para captar o móvel da produção de subjetividade, é apreender, através dela, a pseudodiscursividade, o desvio de discursividade, que se instaura no fundamento da relação sujeito-objeto, digamos numa pseudomediação subjetiva.

Na raiz de todos os modos de subjetivação, essa subjetividade pática é ocultada na subjetividade racionalista capitalística, que tende a contorná-la sistematicamente. A ciência é construída sobre uma tal colocação entre parênteses desses fatores de subjetivação que só encontram o meio de vir à expressão colocando fora de significação certas cadeias discursivas.

O freudismo, embora impregnado de cientificismo, pode ser caracterizado, em suas primeiras etapas, como uma rebelião contra o reducionismo positivista, que tendia a deixar de lado essas dimensões páticas. O sintoma, o lapso, o chiste, são concebidos aí como objetos destacados que permitem que um modo de subjetividade que perdeu sua consistência encontre a via de uma “passagem à existência”. O sintoma funciona como ritornelo existencial a partir de sua própria repetitividade. O paradoxo consiste no fato de que a subjetividade pática tende a ser constantemente evacuada das relações de discursividade, mas é essencialmente na subjetividade pática que os operadores de discursividade se fundam. A função existencial dos agenciamentos de enunciação consiste na utilização de cadeias de discursividade para estabelecer um sistema de repetição, de insistência intensiva, polarizado entre um Território existencial territorializado e Universos incorporais desterritorializados — duas funções metapsicológicas que podemos qualificar de ontogenéticas.

Os Universos de valor referencial dão sua consistência própria às máquinas de Expressão, articuladas em *Phylum* maquínicos. Os ritornelos complexos, para além dos simples ritornelos de territorialização, declinam a consistência singular desses Universos. (Por exemplo, a apreensão pática das ressonâncias harmônicas, fundadas na gama diatônica, configura o “fundo” de consistência da música polifônica, ou ainda a apreensão da concatenação possível dos núme-

ros e dos algoritmos configura o “fundo” das idealidades matemáticas.)

A consistência maquínica abstrata que se encontra dessa forma conferida aos Agenciamentos de enunciação reside no escalonamento e na ordenação dos níveis parciais de territorialização existencial. O ritornelo complexo funciona, além disso, como interface entre registros atualizados de discursividade e Universos de virtualidade não discursivos. É o aspecto mais desterritorializado do ritornelo, sua dimensão de Universo de valor incorporal que assume o controle dos aspectos mais territorializados através de um movimento de desterritorialização, desenvolvendo campos de possível, tensões de valor, relações de heterogeneidade, de alteridade, de devir outro. A diferença entre esses Universos de valor e as Idéias platônicas é que eles não têm caráter de fixidez. Trata-se de constelações de Universos, no interior das quais um componente pode se afirmar sobre os outros e modificar a configuração referencial inicial e o modo de valorização dominante. (Por exemplo, veremos afirmar-se, ao longo da Antigüidade, o primado de uma máquina militar baseada nas armas de ferro sobre a máquina de Estado despótica, a máquina de escritura, a máquina religiosa etc.) A cristalização de uma tal constelação poderá ser “ultrapassada” ao longo da discursividade histórica, mas jamais apagada enquanto ruptura irreversível da memória incorporal da subjetividade coletiva.

Colocamo-nos, então, aqui totalmente fora da visão de um Ser que atravessaria, imutável, a história universal das composições ontológicas. Existem constelações incorporais singulares que pertencem ao mesmo tempo à história natural e à história humana e simultaneamente lhes escapam por milhares de linhas de fuga. A partir do momento em que há surgimento de Universos matemáticos, não se pode mais fazer com que essas máquinas abstratas que os suportam não

tenham já existido em toda parte e desde sempre e não se projetem nos possíveis por vir. Não se pode mais fazer com que a música polifônica não tenha sido inventada pela sequência dos tempos passados e futuros. Essa é a primeira base de consistência ontológica dessa função de subjetivação existencial que se situa na perspectiva de um certo criacionismo axiológico.

A segunda é a da encarnação desses valores na irreversibilidade do ser aí dos Territórios existenciais, que conferem seu selo de autopoiese, de singularização, aos focos de subjetivação. Na lógica dos conjuntos discursivos que regem os domínios dos Fluxos e dos *Phylum* maquínicos há sempre separação entre os pólos do sujeito e do objeto, há o que Pierre Lévy denomina o estabelecimento de uma “cortina de ferro” ontológica<sup>14</sup>. A verdade de uma proposição responde ao princípio do terceiro excluído; cada objeto se apresenta em uma relação de oposição binária com um “fundo”, ao passo que na lógica pática não há mais referência global extrínseca que se possa circunscrever. A relação objetual se encontra precarizada, assim como se encontram novamente questionadas as funções de subjetivação.

O Universo incorporal não se apóia em coordenadas bem-arriçadas no mundo, mas em ordenadas, em uma ordenação intensiva mais ou menos engatada nesses Territórios existenciais. Territórios que pretendem englobar em um mesmo movimento o conjunto da mundaneidade e que só contam, na verdade, com ritornelos derrisórios, indexando senão sua vacuidade, ao menos o grau zero de sua intensidade ontológica. Territórios, então, jamais dados como objeto mas sempre como repetição intensiva, lancinante afirmação existencial. E, repito, essa operação se efetua atra-

<sup>14</sup> P. Lévy, *Les technologies de l'intelligence*, Découverte, Paris, 1990. Ed. bras.: *As tecnologias da inteligência*, Ed. 34, São Paulo, 1993.



vés do empréstimo de cadeias semióticas destacadas e desviadas de sua vocação significacional ou de codificação. Aqui uma instância expressiva se funda sobre uma relação matéria-forma, que extrai formas complexas a partir de uma matéria caótica.

Mas voltemos à lógica dos conjuntos discursivos: é a do Capital, do Significante, do Ser com um S maiúsculo. O Capital é o referente da equivalência generalizada do trabalho e dos bens; o Significante, o referente capitalístico das expressões semiológicas, o grande redutor da polivocidade expressiva; e o Ser, o equivalente ontológico, o fruto da redução da polivocidade ontológica. O verdadeiro, o bom, o belo são categorias de “normatização” dos processos que escapam à lógica dos conjuntos circunscritos. São referentes vazios, que criam o vazio, que instauram a transcendência nas relações de representação. A escolha do Capital, do Significante, do Ser, participa de uma mesma opção ético-política. O Capital esmaga sob sua bota todos os outros modos de valorização. O Significante faz calar as virtualidades infinitas das línguas menores e das expressões parciais. O Ser é como um aprisionamento que nos torna cegos e insensíveis à riqueza e à multivalência dos Universos de valor que, entretanto, proliferam sob nossos olhos. Existe uma escolha ética em favor da riqueza do possível, uma ética e uma política do virtual que descorporifica, desterritorializa a contingência, a causalidade linear, o peso dos estados de coisas e das significações que nos assediam. Uma escolha da processualidade, da irreversibilidade e da re-singularização. Esse redesdobramento pode se operar em pequena escala, de modo completamente cerceado, pobre, até mesmo catastrófico, na neurose. Pode tomar de empréstimo referências religiosas reativas; pode se anular no álcool, na droga, na televisão, na cotidianidade sem horizonte. Mas pode também tomar de empréstimo outros procedimentos, mais coletivos, mais sociais, mais políticos...

Para questionar as oposições de tipo dualista ser/ente, sujeito/objeto, os sistemas de valorização bipolar maniqueístas, propus o conceito de intensidade ontológica, que implica um engajamento ético-estético do agenciamento enunciativo, tanto nos registros atuais quanto nos virtuais. Mas um outro elemento da metamodelização que proponho aqui reside no caráter coletivo das multiplicidades maquínicas. Não existe totalização personológica dos diferentes componentes de Expressão, totalização fechada em si mesma dos Universos de referência, nem nas ciências, nas artes e tampouco na sociedade. Há aglomeração de fatores heterogêneos de subjetivação. Os segmentos maquínicos remetem a uma mecanosfera destotalizada, desterritorializada, a um jogo infinito de interface, segundo a expressão de Pierre Lévy.

Não existe, insisto, um Ser já aí, instalado através da temporalidade. Esse questionamento de relações duais, binárias, do tipo Ser/ente, consciente/inconsciente, implica o questionamento do caráter de linearidade semiótica que parece sempre evidente. A expressão pática não se instaura em uma relação de sucessividade discursiva, para colocar o objeto sob o fundo de um referente bem circunscrito. Estamos aqui em um registro de coexistência, de cristalização de intensidade. O tempo não existe como continente vazio (concepção que permanece na base do pensamento einsteiniano). As relações de temporalização são essencialmente de sincronia maquínica. Há desdobramento de ordenadas axiológicas, sem que haja constituição de um referente exterior a esse desdobramento. Estamos aqui aquém da relação de linearidade “extensionalizante” entre um objeto e sua mediação representativa no interior de uma compleição maquínica abstrata.

Insisti, em terceiro lugar, no caráter incorporal e virtual de uma parte essencial do “meio ambiente” dos agenciamentos de enunciação. Dir-se-ia que os universos de re-

ferência incorporais são *in voce*, segundo uma terminologia “terminista”, nominalista, tornando as entidades semióticas tributárias de uma pura subjetividade, ou que eles são *in res*, no quadro de uma concepção realista do mundo, sendo a subjetividade apenas um artefato ilusório? Talvez seja necessário afirmar sincronicamente essas duas posições, instaurando-se o domínio das intensidades virtuais antes das distinções entre a máquina semiótica, o objeto referido e o sujeito enunciator.

Por não se ter visto que os segmentos maquinicos eram autopoieticos e ontogeneticos, procedeu-se ininterruptamente a reduções universalistas quanto ao Significante e quanto à racionalidade científica. As interfaces maquinicas são heterogeneticas; elas interpelam a alteridade dos pontos de vista que se pode ter sobre elas e, conseqüentemente, sobre os sistemas de metamodelização que permitem considerar, de um modo ou de outro, o caráter fundamentalmente inacessível de seus focos autopoieticos. É preciso se afastar de uma referência única às máquinas tecnológicas, ampliar o conceito de máquina, para posicionar essa adjacência da máquina aos Universos de referência incorporais (máquina musical, máquina matemática...). As categorias de metamodelização propostas aqui — os Fluxos, os *Phylum* maquinicos, os Territórios existenciais, os Universos incorporais — só têm interesse porque estão em grupo de quatro e permitem que nos afastemos das descrições ternárias que sempre são rebatidas sobre um dualismo. O quarto termo vale por um enésimo termo, quer dizer, a abertura para a multiplicidade. O que distingue uma metamodelização de uma modelização é, assim, o fato de ela dispor de um termo organizador das aberturas possíveis para o virtual e para a processualidade criativa.

## 2. MÁQUINAS SEMIÓTICAS E HETEROGÊNESE OU A HETEROGÊNESE MAQUÍNICA

Embora seja comum tratar a máquina como um subconjunto da técnica, penso há muito tempo que é a problemática das técnicas que está na dependência das questões colocadas pelas máquinas e não o inverso. A máquina tornar-se-ia prévia à técnica ao invés de ser a expressão desta. O maquinismo é objeto de fascinação, às vezes de delírio. Sobre ele existe todo um “bestiário” histórico. Desde a origem da filosofia, a relação do homem com a máquina é fonte de indagações. Aristóteles considera que a *techne* tem como missão criar o que a natureza não pode realizar. Da ordem do “saber” e não do “fazer”, ela interpõe, entre a natureza e a humanidade, uma espécie de mediação criativa cujo estatuto de “interseção” é fonte de perpétua ambigüidade.

Enquanto as concepções “mecanicistas” da máquina esvaziam-na de tudo o que possa fazê-la escapar a uma simples construção *partes extra partes*, as concepções vitalistas assimilam-na aos seres vivos, a não ser que sejam os seres vivos os assimilados à máquina. A perspectiva cibernética aberta por Norbert Wiener (*Cibernética e sociedade*) considera os sistemas vivos como máquinas particulares dotadas do princípio de retroação. Por sua vez, concepções “sistemistas” mais recentes (Humberto Maturana e Francisco Varela) desenvolvem o conceito de *autopoiese* (autoprodução), reservando-o às máquinas vivas. Uma moda filosófica, na trilha de Heidegger, atribui à *techne* — em sua oposição à técnica moderna — uma missão de “desvelamento da verdade” que vai “buscar o verdadeiro através do exato”. Assim ela fixa a *techne* a uma base ontológica — a um “*grund*”, — comprometendo seu caráter de abertura processual. Através dessas posições tentaremos discernir limia-